



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8547 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

A PERMANÊNCIA DE EGRESSOS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFMS E UFGD

Felipe Vieira Gimenez - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

A PERMANÊNCIA DE EGRESSOS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFMS E UFGD

Este trabalho é resultado da pesquisa de tese de doutoramento que está em andamento. O objetivo é analisar a política de permanência para estudantes da Pós-graduação ao nível de mestrado e doutorado em educação nas universidades públicas federais: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Campus Campo Grande) – UFMS e Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

O primeiro elemento de destaque no estudo foi o levantamento do número de bolsas concedidas aos discentes da UFMS e UFGD até 2019 e o número de titulados até 2018, considerando o período de funcionamento de cada Programa de Pós-Graduação em Educação no Mato Grosso do Sul e a disponibilização dos dados na Plataforma do GeoCapes, por isso temos dois recortes.

Determinados ajustes econômicos, políticos e sociais materializam na política pública social implicações ao mundo da pesquisa universitária, no acesso e permanência do estudante na Pós-Graduação, o que passa a surgir novas demandas coordenadas pelas diferentes formas de ação e regulação Estatal que são implementadas por políticas de Estado ou de governo.

Para Sguissardi (2001) políticas de Estado, como sendo mais duradouras, seriam representativas dos interesses públicos e coletivos. Isto porque seriam imunes aos interesses partidários ou particularistas e fruto do debate, supostamente democrático, quando da sua tradução em leis, programas de caráter universal, etc.

Hofling (2001) aponta que as políticas públicas podem ser entendidas como o “Estado em ação”, isto é, o Estado implantando um projeto de governo, por meio de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Nesse sentido, as políticas materializadas na educação superior por meio de políticas de Estado representam na contemporaneidade a efetivação de ganhos e garantias de direito social que articuladas com a sociedade permitem compreender o alcance e sua relação com a política de permanência para os estudantes da Pós-Graduação, consideradas nesta pesquisa as bolsas de estudos concedidas aos discentes da Pós-Graduação em ambos os níveis.

Apresentamos os resultados da pesquisa que podem ser assim identificados e problematizados. Para o curso de Mestrado em educação na UFMS foram destinadas o total de 461 bolsas ao longo de 24 anos de programa. Destes, bolsa via Programa Demanda Social somaram-se 404; 15 bolsas via Reuni, 7 bolsas PICDCT; 8 bolsas PROESP; 8 bolsas de PARCERIAS e 6 bolsas PROCAD/NF. O curso de Doutorado em educação foi destinado, no mesmo período, 229 bolsas, destas 141 bolsas via DS – Demanda Social, 28 bolsas PICDCT; 8 bolsas PROESP; 33 bolsas via PARCERIAS; 8 bolsas via PRODOUTORAL; 2 bolsas FAPERO e 9 bolsas Reuni.

Para o curso de Mestrado em Educação na UFGD foram destinadas totais de 186 bolsas, destas 147 bolsas via Programa Demanda Social, 13 via PROESP, 4 via PROCAD/NF e 18 pela Fundect. Para o curso de Doutorado em Educação foram destinadas, no mesmo período, 24 bolsas via DS entre 2014 a 2019.

Destaca-se que o sistema de pós-graduação no Brasil possui reconhecimento por parte da comunidade científica, nacional e internacional, se deve ao formato e à seriedade que as políticas públicas para a pós-graduação tomaram em termos de definições e das ações voltadas para esse setor, o que se expressou, entre outros modos, em sua expansão contínua, com qualidade, nos últimos anos.

Outro destaque é com relação ao financiamento das bolsas de Pós-Graduação considerada como uma política que financiam as bolsas coordenada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que objetiva a concessão de bolsas aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, definida com base nos resultados do sistema de acompanhamento e avaliação coordenado pela CAPES, para que mantenham, em tempo integral, alunos de excelente desempenho acadêmico.

Percebe-se nos dados que a ênfase de fomento se concentra no Programa de bolsa Demanda Social financiada pela Capes, agência que destina estes recursos em pesquisas na Pós-Graduação das universidades públicas federais e estaduais, das quais a definição das cotas de bolsas está condicionada a avaliação trienal dos Programas de Pós-Graduação de todo o país.

Com relação aos dados sobre matrículas e titulações entre os Programas de Pós-Graduação em Educação em Mato Grosso do Sul é preciso enfatizar que ambos possuem diferentes períodos de credenciamento, o que não afeta os resultados da pesquisa.

Na UFMS, temos períodos diferentes de funcionamento dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Educação no campus de Campo Grande. O curso de mestrado iniciou em 1998 e o curso de doutorado em 2005. Com relação às matrículas e titulados temos os seguintes dados. As matrículas no curso mestrado em educação *stricto sensu* entre 1998 a 2018 somaram-se 870 pós-graduandos e titularam-se 361 considerando o mesmo período. No curso de doutorado em educação *stricto sensu* este número diminui devido ao funcionamento do Programa em 2005. As matrículas no período de 2005 a 2018 somaram-se 556 e titularam-se 114.

Na UFGD, é preciso enfatizar que ambos os cursos de mestrado e doutorado em Educação tem diferentes períodos de funcionamento institucional. O curso de mestrado

iniciou em 2008 e o curso de doutorado em 2014. Com relação às matrículas e titulados temos os seguintes dados:

As matrículas no curso mestrado em educação *stricto sensu* entre 2008 a 2018 somaram-se 409 pós-graduandos e titularam-se 167 considerando o mesmo período. No curso de doutorado em educação *stricto sensu* este número diminui devido ao credenciamento em 2014. As matrículas no período de 2014 a 2018 somaram-se 98 e titularam-se 9.

O número de matriculados e titulações na UFMS e UFGD passaram em ambos os Programas por diferentes momentos se considerarmos as políticas de expansão para este nível, resultado da implementação de políticas para acesso e permanência, já iniciada com a política do Plano Nacional de Educação (PNE) ao longo dos anos desde sua implementação em 2001, aliada com a Política Nacional de Pós-Graduação (PNPG) desde 1975.

Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) surgiram por uma necessidade e com o objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil desde meados de 1960. Nesse sentido, Oliveira e Fonseca (2010) destacam que os Planos Nacionais de Pós-graduação surgem nesse contexto como instrumentos de planejamento estatal, de estímulo financeiro e de definição de uma política de pós-graduação para o Brasil.

Os dados indicam uma tendência de crescimento das titulações dos discentes nos Programas de Pós-Graduação dos cursos de mestrado do Brasil com maior concentração no setor público, correspondem a 58,9% de estudantes em 2018, para 15,9% na rede privada e 24,8% na rede estadual, no curso de doutorado temos 56,7% de estudantes em 2018, para 12,6% na rede privada e 30,5% na rede estadual o que demonstra que grande parte dos estudantes estão matriculados em ambos programas de Pós-Graduação da esfera pública.

É preciso pensar em políticas de permanência para estes discentes e Cordeiro e Cordeiro (2015) entendem a permanência como uma política institucional, um compromisso que a instituição assume para evitar/diminuir a evasão de estudantes e que precisa ir além da mera preocupação com números e criar um espaço de relações na universidade, que leve em conta a diversidade e a diferença que constituem o perfil dos/as estudantes, de modo que eles desempenhem sua função social de promoção e exercício da cidadania.

Assim como a maioria dos serviços públicos são ocupados pela grande parte da população, a educação não é diferente dessa realidade social, da mesma forma em que às demandas de acesso para este nível de ensino, as políticas sociais de Estado convergem nesse sentido para uma abertura e consequente participação das políticas educacionais, ao mesmo tempo mostra a fragilidade deste sistema, que demonstra um número de titulações abaixo em comparação com as matrículas.

Isto significa, na realidade, admitir que, de um modo geral, o ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas educacionais, em determinada formação social concreta capitalista na atualidade, estão relacionados com a consolidação dos níveis de participação popular alcançados – ou seja, com o alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais, como também com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Há diferentes projetos de sociedade que está em movimento na educação superior e as políticas para esse nível acabam sendo subsidiária de ações governamentais respondendo entre a valorização do capital e a demanda pelo acesso e permanência.

Cabe destacar que os recursos financeiros dessas agências mencionadas contribuem

para o público-alvo das políticas de bolsas de estudos, ou seja, para os estudantes bolsistas e consequentemente para o custeio da pesquisa e manutenção do programa de pós-graduação.

O levantamento dos dados mostrou que, as universidades públicas federais participantes deste levantamento possuem outras fontes de financiamento de pesquisas, mas a Capes é a principal agência de fomento à pesquisa no país.

O papel das agências de fomento nas pesquisas na oferta das bolsas de estudos de mestrado e doutorado materializam o processo do acesso, e sua consequente permanência, porém nesse processo é preciso considerar outros fatores.

Junto com a expansão da pós-graduação, as bolsas de apoio destinadas pela Capes, e outras agências de fomento, contribuem como estratégia governamental para favorecer a permanência de estudantes e incentivar a formação de novos pesquisadores na área da educação e áreas afins.

Destacamos a importância do fortalecimento da pós-graduação no país, por meio de sua rede de relações e conexões históricas desde a sua institucionalização tem passado por diferentes momentos associada à ideia de diversificação de instituições, processos seletivos e demanda do mercado de trabalho, e toda sua relação com a história das políticas, ações, programas, incentivos, decretos e leis do governo federal

Nunes e Veloso (2016) destacam que discutir sobre a permanência do estudante na universidade deve consistir em identificar dificuldades que influenciam na desistência precoce, ou tempo maior no curso, às vezes inviabilizando a sua conclusão. Nesse caso, o apoio que o estudante precisa para ter sucesso no seu percurso acadêmico deve ser definido mediante políticas de permanência e projetos institucionais para que o acesso à educação superior seja garantido.

Palavras-Chave: Educação Superior. Pós-Graduação. Permanência. Estado. Política de bolsa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **GEOCAPES**. Concessão de bolsas de Pós-Graduação da Capes no Brasil.

_____. **GEOCAPES**. Distribuição de discentes de Pós-Graduação no Brasil.

CAPES. Seis décadas de evolução da Pós-graduação. **Revista Brasileira de pós-graduação**. Edição comemorativa. jul. 2011.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Estratégias de permanência de estudantes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

In: Seminário da Rede Universitas/Br Políticas de Educação Superior no Brasil: A expansão privado-mercantil em questão, 23. **Anais eletrônicos...** Belém/PA, 20 a 23 de

maio de 2015. p. 831-851. Disponível em:

<<http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/AnaisRedeUniversitas2705.pdf>> Acesso em: 27

set. 2020.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro. p. 30-41, 2001.

NUNES, Roseli Souza dos Reis. VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A permanência na educação superior: múltiplos olhares. *In: Educação e Fronteiras On-Line*, Dourados/MS, v. 6 n.16, p.48-63, jan./abr.2016.

SGUISSARDI, Valdemar. **Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil 2002-2012**. Piracicaba, 2014.